



Uso de depósito judicial para pagar precatórios passa em 1ª votação



Lídice da Mata, Renan Calheiros, Jorge Viana e Paulo Rocha compõem a mesa na sessão que aprovou a PEC dos Precatórios

Estados e municípios poderão quitar obrigações derivadas de sentenças com recursos ainda bloqueados pela Justiça, segundo proposta que será concluída na terça-feira

Proposta de emenda à Constituição aprovada ontem pelo Senado em primeiro turno define novas regras para quitação do pagamento de precatórios, que são débitos que o Estado tem com cidadãos e com empresas decorrentes de condenações judiciais transitadas em julgado. A conclusão da votação está marcada para terça-feira.

Pela proposta, fica autorizada a utilização de até 75% do montante dos depósitos judiciais e administrativos. Terão prioridade no pagamento os

precatórios relacionados a créditos alimentares para beneficiários com 60 anos de idade ou mais, portadores de deficiência e pessoas com doenças graves.

O relator da proposta, Antonio Anastasia, acatou emenda que reduz de 40% para 20% o percentual dos depósitos judiciais destinados à quitação envolvendo partes privadas. O uso de recursos particulares em gastos públicos gerou controvérsia entre os senadores. Mas prevaleceu o entendimento de que a novidade facilitará a gestão de governadores e prefeitos. **3**

Relator vai rever projeto sobre riscos no trabalho **4**

Vai à Câmara fim de algemas no parto de presas **8**

Governo explica metas da economia de baixo carbono **6**

Comissão quer saber se militares monitoram MST **4**

Audiência analisa retomada das obras da BR-242 **7**

Gravações da Lava Jato podem ser usadas na defesa de Dilma

O advogado José Eduardo Cardozo argumenta que áudios do ex-presidente da Transpetro mostram que processo

de impeachment começou pelo fato de Dilma Rousseff não ter impedido investigações da Polícia Federal. **5**



Cardozo (2º à esq.) entrega ao Senado a defesa da presidente afastada



Comissão aprovou dois requerimentos para realização de nova audiência

Redução da maioria penal será tema de nova discussão

A Comissão de Constituição e Justiça fará nova audiência pública para debater quatro propostas que reduzem a

maioria penal. Para isso, a comissão decidiu adiar a votação do relatório do senador Ricardo Ferraço. **8**

Aprovadas regras sobre mandado de injunção

A regulação do julgamento de mandado de injunção, que cobra do poder público a regulamentação de direitos e garantias, vai a sanção. O projeto restringe às partes o alcance da decisão do mandado (podendo se estender a quem está na mesma situação que o autor) e determina que ela só vale até a edição de norma regulamentadora. **3**

Pinheiro anuncia que assumirá secretaria baiana

Ontem, no Plenário, Walter Pinheiro se despediu e anunciou que está se afastando do Senado para assumir a Secretaria de Educação da Bahia. Pinheiro será substituído pelo suplente Ricardo Muniz. Avaliando seu trabalho no Senado, ele destacou a apresentação de proposta que altera o processo de impeachment. **2**

Debatedores defendem incentivos para baratear carros elétricos

Especialistas e senadores discutiram ontem projeto de lei que obriga a implantação de pontos de recargas em vias públicas para carros elétricos, que são menos poluentes. Eles concordaram que, no momento, mais importante é tornar o preço dos veículos mais acessível por meio de incentivos à produção. **7**



Dos 90 milhões de veículos em circulação no país, apenas 3 mil são elétricos, segundo números apresentados no debate

Comissão aprovou proposta de José Agripino determinando que, se o Congresso não analisar a prestação de contas da Presidência da República de um ano até o final do ano seguinte, a pauta ficará suspensa

Avaliação de contas do Executivo poderá ter prazo

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que fixa prazo para o Congresso se manifestar sobre as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

Pela PEC 79/2015, se essas contas não forem votadas até um mês antes do encerramento da sessão legislativa posterior ao exercício financeiro a que se refiram, a pauta do Congresso ficará suspensa. A proposta será agora submetida a dois turnos de discussão e votação no Plenário.

A PEC é de José Agripino (DEM-RN) e recebeu relatório favorável de Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Quando a proposta foi apresentada, estavam pendentes de julgamento pelo Congresso as contas presidenciais dos exercícios de 1990, 1991, 1992 e de 2002 a 2013.



Para Anastasia, o controle externo é uma expressiva atribuição do Parlamento

Na avaliação de Agripino, o fato evidencia a “pouca importância” dada ao tema pelo Poder Legislativo, embora o controle externo seja uma de suas atribuições constitucionais.

Anastasia também considerou “inaceitável” que o Congresso esteja ignorando uma de suas mais expressivas atribuições.

No parecer, o relator afirma que “tal conduta omissiva é atentatória à dignidade do Parlamento nacional, vulnera a segurança jurídica, faz tábula rasa da responsabilidade institucional do Poder Legislativo e, no limite, sinaliza à chefia do Poder Executivo uma espécie de permissão geral à ilegalidade e irregularidade das contas públicas sob seu encargo”.

Projeto impede doações de comissionados a partidos

Foi adiada por falta de quórum a votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do turno suplementar do substitutivo ao projeto que proíbe doações a partidos políticos por ocupantes de cargos comissionados ou função de confiança na administração pública.

O PLS 663/2015 também proíbe doações por empregados, proprietários ou diretores de empresas prestadoras de serviços terceirizados que tenham contrato com a União, estados, Distrito Federal ou municípios. Atualmente, resolução do Tri-

bunal Superior Eleitoral (TSE) impede doações a partidos políticos apenas a quem detém cargo de chefia ou direção.

A proposta foi apresentada por Aécio Neves (PSDB-MG) e o substitutivo, elaborado por Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

O relator defendeu a rejeição de emenda de Ronaldo Caiado (DEM-GO) que pretendia proibir qualquer servidor comissionado ou que exerça função de confiança de fazer doações a campanhas eleitorais e partidos pelo tempo que durar sua nomeação. O substitutivo contempla parcialmente a

emenda de Caiado, mas restringe os prazos de proibição dessas doações, no caso das campanhas, a três meses antes das eleições, e no dos partidos, a seis meses antes do pleito.

Também motivou o adiamento o fato de que Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou a existência de ação direta de inconstitucionalidade impetrada pelo PR junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a suspensão de dispositivo da Lei dos Partidos Políticos que proíbe doações por servidores em cargos de chefia ou direção.

Jorge Viana comemora aprovação de MP sobre concessão de energia

Jorge Viana (PT-AC) elogiou medida provisória aprovada pelo Senado que beneficia a Eletroacre e outras empresas distribuidoras de energia de estados do Norte. A MP 706/2015 aumentou o prazo para que essas empresas assinem contrato com o Ministério de Minas e Energia para prorrogar a concessão do serviço. Viana explicou que as medidas previstas no projeto poderão garantir à Eletroacre uma economia de de R\$ 17 milhões por ano.

— Agora, vamos ter que fiscalizar para ver se esse desconto, se essa redução vai de fato se materializar na conta de luz, no bolso do consumidor.

Dário Berger defende manutenção de Base Aérea de Florianópolis

A ideia de rebaixar a Base Aérea de Florianópolis à condição de núcleo de base aérea e de transferir sua unidade de aviação e patrulha, o Esquadrão Fênix, para a Base Aérea de Canoas (RS) foi criticada por Dário Berger (PMDB-SC).

O senador advertiu o Ministério da Defesa e o comando da Aeronáutica que isso acarretaria prejuízos sociais, econômicos e estratégicos. Entre outras mudanças, seriam desativados vários hangares em Florianópolis, estruturas que não existem em Canoas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Reguffe pede análise célere dos projetos de iniciativa popular

Reguffe (sem partido-DF) cobrou do Senado o andamento ao projeto de iniciativa popular contendo dez medidas contra a corrupção. A proposta foi apresentada no final de março, com a assinatura de mais de 2 milhões de cidadãos.

O senador também defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição, de autoria dele, que dá o mesmo rito das medidas provisórias aos projetos de iniciativa popular. O texto (PEC 8/2016) está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Jefferson Ruy/Agência Senado

Pinheiro se despede para assumir Secretaria de Educação da Bahia

Walter Pinheiro (sem partido-BA) anunciou em Plenário que está se afastando do Senado para assumir a Secretaria de Educação da Bahia. O senador afirmou que, mesmo não tendo o perfil esperado para a área, aceitou o desafio porque o governador, Rui Costa, lhe explicou que o problema a ser enfrentado na pasta é de gestão.

— A contribuição que eu posso dar, neste momento, a partir, inclusive, da experiência que acumulei aqui, no Congresso, creio que ajudará sobremaneira o governador Rui Costa. Espero levar para lá toda essa experiência e contribuir decisivamente para que o governo possa, na parte da educação, apresentar uma contribuição decisiva para a transformação da sociedade.

Pinheiro ressaltou que espera cumprir a missão na Secretaria de Educação da Bahia e voltar ao Congresso para concluir o mandato de senador.

— Só levo do Senado as boas contribuições e, a partir delas, poderei ajudar muito o o povo da Bahia e, em particular, a educação.

Ele acredita que esse tempo será suficiente para decidir se disputará as eleições de 2018 ou se retornará à sua área de atuação profissional, a tecnologia da informação.

Enquanto estiver no governo baiano, Walter Pinheiro será substituído pelo suplente Ricardo Muniz (PP-BA).



Moraira Moitz/Agência Senado

Pinheiro avaliou atuação no Senado e destacou PEC sobre impeachment

Avaliando seu trabalho no Senado, ele destacou a apresentação de PEC que altera o processo de impeachment, porque as regras atuais são de 1950. Uma das mudanças previstas é que, para ser admitido no Senado, o processo de impeachment precisará do voto favorável de dois terços dos membros da Casa. Outra, que o presidente reeleito possa ser processado por irregularidades na gestão anterior.

Atuação elogiada

Ao se despedirem de Pinheiro, 32 senadores do governo e da oposição elogiaram sua atuação e lhe desejaram êxito na nova missão.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou a contribuição de Pinheiro à discussão de temas como a reforma política. E pediu que o colega, mesmo em outra função, possa continuar colaborando com o Senado.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRA Seguro rural

8h Audiência pública discute a política de seguro rural com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Tribunal de Contas da União e da Superintendência de Seguros Privados.

CDH Policiais e bombeiros militares

9h Debate sobre a valorização da carreira dos policiais e bombeiros militares, abrangendo as condições de saúde, trabalho e equipamentos.

IMPEACHMENT Plano de trabalho

10h Comissão analisa proposta de plano de trabalho apresentada pelo relator.

CRE Migração

10h Audiência pública debate a assistência a brasileiros no exterior, migração e atração de capital humano para o Brasil.

PLENÁRIO Receitas desvinculadas

14h Proposta de emenda à Constituição sobre desvinculação de receitas abre a pauta.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h Renan Calheiros dirige a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **audiência da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

PEC dos Precatórios é aprovada em 1º turno

Proposta permite que governos estaduais e municipais usem recursos de depósitos judiciais para pagamento de precatórios. A PEC também amplia o prazo de pagamento

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2015, batizada de PEC dos Precatórios, que permite o uso de recursos de depósitos judiciais para pagamento de precatórios. Os precatórios são dívidas que o governo tem com o cidadão ou com empresas, resultantes de processo judicial transitado em julgado.

A PEC também estabelece que os precatórios a cargo de estados e municípios pendentes até 25 de março de 2015 e os a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020 dentro de um regime especial que permite o aporte de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida.

A votação da PEC havia sido iniciada no dia 18 de maio, mas acabou suspensa por falta de quórum para aprovação do texto. O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que o segundo turno de votação vai ocorrer na terça-feira.

A proposta prevê a possibilidade do uso, no pagamento de precatórios, de até 75% do montante dos depósitos judiciais e administrativos referentes a processos nos quais estados ou municípios sejam parte. Conforme levantamento



Plenário durante análise da medida sobre pagamento de precatórios, ontem: votação em 2º turno deve ocorrer na terça

realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os três entes públicos acumulavam em junho de 2014 uma dívida de R\$ 97,3 bilhões em precatórios emitidos pelas Justiças estadual, federal e trabalhista.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), acatou emenda de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que reduz de 40% para 20% o percentual dos depósitos judiciais destinados à quitação envolvendo partes privadas — das quais o poder público não faz parte. A utili-

zação dos créditos deverá ser precedida da criação de um fundo garantidor, composto pela parcela restante dos depósitos judiciais.

Anastasia excluiu da proposta a possibilidade de usar para pagamento de precatórios os valores de depósitos judiciais destinados à Justiça Federal e a créditos de natureza alimentícia e trabalhista.

Polêmica

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) se disse preocupada com

o uso desses depósitos. Ela, no entanto, apoiou a proposta “para contribuir com os prefeitos e os governadores”. Simone Tebet (PMDB-MS) também anunciou voto favorável, mas disse ter dúvidas em relação aos depósitos privados. Na mesma linha, Waldemir Moka (PMDB-MS) alertou sobre a possibilidade de o uso dos depósitos privados serem questionados no STF.

Já Wellington Fagundes (PR-MT) condenou o uso do depósito privado em gastos

públicos. Ivo Cassol (PP-RO) também se manifestou contrário à PEC, criticando o uso de dinheiro privado.

Por outro lado, o líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), disse que a redução do percentual colaborou para o amplo apoio à proposta.

— Esta PEC atende a reivindicação de vários governadores e pode ajudar em um momento de crise — disse Aloysio.

Pagamentos

Durante o prazo previsto na PEC, pelo menos 50% dos recursos destinados aos precatórios servirão para o pagamento dessas dívidas em ordem cronológica de apresentação. A exceção a essa ordem é a preferência para os precatórios relacionados a créditos alimentares quando os beneficiários tiverem 60 anos ou mais, forem portadores de doença grave ou pessoas com deficiência.

Os outros 50% dos recursos, durante os cinco anos do regime especial de pagamento, poderão ser usados para a negociação de acordos com os credores, com redução máxima de 40% do valor a receber, desde que não haja recurso pendente.

Regulamentação do mandado de injunção passa em Plenário

Foi aprovado ontem, em votação simbólica, o projeto que regula o processo e o julgamento do mandado de injunção, ação que cobra do poder público a regulamentação de direitos e garantias. A proposta (PLC 18/2015) segue para sanção presidencial.

O mandado de injunção costuma ser concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nas ações em que é reclamado o cumprimento de direitos e liberdades constitucionais relativos à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Aposentadoria especial e direito de greve dos servidores públicos, concessão de aviso prévio proporcional e criação de municípios são alguns dos temas já submetidos a mandados de injunção decididos pelo STF.

A proposta aprovada delimita o al-

cance (restrito às partes) e a produção de efeitos (validade até a edição de norma regulamentadora) da decisão provocada por mandado de injunção. Mas admite a possibilidade de a medida valer também para todos os que se encontram na situação dos autores.

O projeto estabelece as entidades legitimadas para promover mandados de injunção coletivos. Caso do Ministério Público, de partido político com representação no Congresso e sindicatos, entre outros.

Garantia de direitos

O texto, do ex-deputado Flávio Dino (PCdoB), atual governador do Maranhão, foi relatado em Plenário pelo senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). Vários senadores destacaram a impor-

tância da proposta, como Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Roberto Rocha (PSB-MA) e José Maranhão (PMDB-PB).

Os senadores classificaram a aprovação como histórica, por preencher uma das lacunas do texto constitucional e dar mais força para um instrumento de garantia dos direitos individuais.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou a aprovação da proposta. Ele disse que a Casa já regulamentou cinco novos artigos da Constituição e revisou outros oito artigos da Carta.

— Apesar de todas as dificuldades do dia a dia, estamos fazendo nossa parte. Essa é uma medida fundamental e uma grande decisão do Senado — afirmou.

Ana Amélia defende projeto de mais transparência no Programa Bolsa Família

Ana Amélia (PP-RS) defendeu a proposta que aumenta a transparência do Programa Bolsa Família por meio de divulgação pública dos nomes dos beneficiários e dos valores que receberem:

— Aí não haverá mais dinheiro jogado pelo ralo e uso político-eleitoral de um programa de alto alcance social, como já houve com o Bolsa Família. Queremos preservar esse programa.

A senadora frisou a importância do programa de transferência de renda, mas disse que abusos têm comprometido a cobertura das pessoas que realmente necessitam do benefício.



Moreira Moritz/Agência Senado

Renan anuncia reunião com governadores para discutir pacto federativo



O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que se reunirá com os governadores dos estados na próxima semana para discutir a retomada da pauta de reforma do pacto federativo. A prioridade nesses debates será a atualização e ampliação do regime de tributação Supersimples.

— A pauta federativa é uma

agenda suprapartidária de interesse nacional. A atualização do Supersimples é muito importante para a retomada da economia e a estabilização das empresas — disse.

O projeto de atualização do Supersimples (PLC 125/2015) aumenta os limites máximos de receita bruta anual para que empresas e microempreendedores individuais se enquadrem no programa. Relatado por Marta Suplicy

(PMDB-SP), ele tramita em regime de urgência e já pode ser votado pelo Plenário.

Definição de pauta

O anúncio foi feito por Renan logo após a reunião de líderes que definiu a pauta de votações do Senado nas próximas duas semanas.

O presidente do Senado destacou que a reunião marcou a retomada da rotina de trabalhos após a posse do governo

do presidente interino Michel Temer, e que foi a primeira com Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) no papel de líder do governo. Renan disse que o Senado “continuará cumprindo o papel moderador que tem exercido nos últimos tempos”.

— Retomamos as deliberações. Em toda essa conturbação, o Senado tem mantido a normalidade. O Senado é fator de estabilização — afirmou.

Renan acrescentou que fará

reuniões individuais com todas as bancadas para verificar as prioridades dos partidos.

Aloysio afirmou ser necessário que o Parlamento saiba separar o seu papel e os seus trabalhos da situação política.

Sobre a indicação de Ilan Goldfajn para a presidência do Banco Central, Renan assegurou que ela será votada pelo Plenário no mesmo dia em que a Comissão de Assuntos Econômicos encaminhar a matéria.

Projeto sobre ambiente de trabalho será revisto

Autor de substitutivo, José Pimentel decidiu reavaliar o texto após audiência pública em que especialistas questionaram mudanças feitas na proposta original, de Paulo Paim

RELATOR DE PROJETO de lei sobre melhorias no ambiente de trabalho, José Pimentel (PT-CE) decidiu ontem retirar o substitutivo elaborado por ele, para fazer uma análise mais aprofundada da proposta. A decisão foi tomada após audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Os participantes do debate manifestaram-se contrários ao substitutivo por considerarem que prejudica o direito dos trabalhadores a um ambiente de trabalho saudável e sem riscos de acidentes.

De autoria de Paulo Paim (PT-RS), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 220/2014 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios no setor.

Os participantes da audiência criticaram vários pontos do substitutivo de Pimentel. Entre eles, a retirada da competência do auditor fiscal do Trabalho de embargar e interditar serviços e a assinatura de termo de compromisso entre empregadores e empregados para que cessem os riscos e as irregularidades identificadas.

Após ouvir os expositores e os argumentos de Paim e das senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Regina Sousa (PT-PI), Pimentel decidiu reavaliar o substitutivo, mas adiantou que não aceitará nada que o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha julgado inconstitucional. Esse argumento foi usado por Pimentel para justificar várias mudanças.

— O diálogo, a mediação, os compromissos são o melhor resultado. Insisto nesse ponto. É por isso que tenho divergência em grande parte desse projeto. Primeiro, porque ele não respeita o acúmulo que



No debate coordenado por Ricardo Franco (à mesa, ao centro), especialistas e senadores discutem mudanças no projeto

temos e a legislação existente. É como se nós partíssemos do zero — afirmou.

Paim defendeu o projeto, afirmando que a proposta apenas melhora a CLT para diminuir o número de acidentes de trabalho, que ultrapassa 700 mil por ano no Brasil.

Atividade suspensa

Pimentel mantém na proposta a possibilidade de o empregado, individual ou coletivamente, suspender a atividade “até a eliminação do risco grave ou iminente, sem prejuízo de quaisquer direitos legais ou contratuais”. Mas, conforme o substitutivo, isso só poderá ocorrer quando as medidas fixadas no termo de compromisso não forem implementadas no prazo. O termo poderá ser firmado em audiência convocada pelo superintendente regional do Trabalho, em caso de interdição, suspensão ou embargo. Na audiência, serão ajustados os termos para a cessação dos riscos e das irregularidades.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Fernando da Silva Filho, questionou a efetividade da medida

proposta no texto.

— Nos preocupa a possibilidade, trazida no relatório, do levantamento da interdição com uma simples assinatura de um termo de compromisso. Pelo texto, a interdição seria levantada, mas a situação de grave e iminente risco não seria imediatamente afastada. O ato de interdição tem relação com a necessidade de atuação imediata. Um termo de compromisso não traz essa resposta que protege a vida do trabalhador — disse Silva Filho.

O substitutivo atualiza a CLT no que diz respeito ao cargo extinto de delegado regional do Trabalho, que o relator substituiu por superintendente regional do Trabalho e Emprego, denominação atual da autoridade máxima do Ministério do Trabalho nos estados. O projeto original substituiu o cargo extinto por juiz do Trabalho ou auditor fiscal do Trabalho, o que Pimentel considera inapropriado, pois “extrapola a esfera administrativa que tem a responsabilidade de adotar as medidas cabíveis”.

Para diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho, Rinaldo Marinho

Costa Lima, contudo, o auditor fiscal deve ter a competência para proteger a integridade física do trabalhador, e não o superintendente regional.

— Não estamos falando de punição do empregador, mas de uma medida de aplicação imediata para proteger o trabalhador. O mundo real não espera o mundo da burocracia. O acidente não deixa de acontecer enquanto um processo tramita, enquanto a documentação vai de protocolo a protocolo até que chegue no superintendente regional para que a medida seja imposta.

Previdência

Pimentel também considerou que o projeto de Paim pode conflitar com normas do direito previdenciário, quando obriga o empregador a implementar progressivamente condições para o pleno bem-estar físico, psíquico e social dos trabalhadores. Para Pimentel, não há sentido sobrepor obrigações trabalhistas com obrigações previdenciárias, se a finalidade é a mesma.

No entanto, os debatedores afirmaram que os acidentes de trabalho oneram a Previdência

pelo resto da vida. Segundo o representante do Ministério da Fazenda, Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, a invalidez no Brasil onera a Previdência em R\$ 4,5 bilhões.

— O que é menos ruim: pagar pensão por morte ou seguro-desemprego? — questionou.

Poluição

O projeto de Paim também prevê que o poluidor laboral deve indenizar pelos danos causados ao meio ambiente, aos trabalhadores ou a terceiros afetados por sua atividade. Pimentel disse que, apesar da boa intenção do autor, há que pesar os efeitos econômicos e sociais dessas medidas, assim como confrontá-las com outros ramos do direito que já impõem restrições às questões ambientais.

Também manifestou preocupação em relação a esse tema o especialista da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Clovis Veloso de Queiroz Neto. Para ele, é preciso conceituar de maneira mais precisa o poluidor laboral para não prejudicar os empregadores.

Segundo o procurador federal Fernando Maciel, o projeto de Paim contribui para disciplinar o ramo do direito ambiental do Trabalho. Ele explicou que o descumprimento de norma de segurança já tem uma infração penal atribuída às empresas, de acordo com a Lei de Benefícios da Previdência Social.

— O acidente não precisa acontecer. A exposição ao risco já é uma infração penal ambiental. Não é um crime, é uma contravenção. Mas o fato de avançarmos na tutela punitiva, positivando o crime de poluição laboral, é um avanço para ter a repressão desse fato — defendeu.

Comissão quer ouvir ministro sobre monitoramento do MST

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, será convidado a prestar esclarecimentos à Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre suposta participação de comandantes militares em ações de monitoramento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Requerimento com essa finalidade foi aprovado ontem pela comissão.

O pedido de explicações foi apresentado pelos senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH. Eles se referem a recentes reportagens sobre gravações de diálogos mantidos pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) em que o então ministro do Planejamento teria falado sobre “pacto para deter avanço da Lava Jato”, com o afastamento da presidente Dilma Rousseff. De acordo com as reportagens, seria possível

inferir, pelas gravações, que as Forças Armadas estariam monitorando o MST e outros movimentos sociais, para que não criassem perturbações.

Para os senadores que assinam o requerimento, esse trecho da gravação gera preocupação “neste momento de fragilidade da democracia brasileira” e motiva recordações sobre “o longo período da ditadura militar”. Eles ressaltam que não faz parte do rol de atribuições das Forças Armadas monitorar movimentos sociais.

A CDH decidiu ainda transformar em convite as convocações, aprovadas na semana passada, de outros três ministros do governo interino do presidente Michel Temer. São eles os titulares das pastas do Trabalho, Ronaldo Nogueira; do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra; e da Fazenda, Henrique Meirelles. Paim, que assina os requere-

mentos, disse que preferiu seguir a tradição de, em um primeiro momento, solicitar a presença por meio de convite, antes do recurso à convocação, que obriga o comparecimento.

O autor explicou que a intenção é ouvir os ministros sobre os planos de trabalho e as novas competências das pastas que comandam, por conta da absorção de áreas antes ministérios autônomos ou sob a gestão de outros. Paim manifestou preocupação com a área de Previdência, que teve parte das funções transferidas para o Ministério da Fazenda (arrecadação e previdência complementar), com deslocamento do INSS para o Desenvolvimento Social.

Blogueiros

A CDH aprovou ainda pedidos de audiências públicas, uma delas sobre a ameaça à liberdade de expressão no

Brasil, em consequência do processo de impeachment de Dilma. Em data a ser marcada, essa audiência reunirá jornalistas que atuam principalmente em blogs de política, além de representantes da Federação Nacional dos Jornalistas e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

A audiência foi solicitada por Paim e Lindbergh Farias (PT-RJ), também autores de proposta de audiência para avaliar tentativas de coibir a participação política de estrangeiros que vivem no país. Eles citam como fonte da ameaça uma nota da Federação Nacional dos Policiais Federais distribuída à imprensa em abril. Os senadores querem tratar também do caso de uma professora estrangeira da Universidade Federal de Minas Gerais que chegou a ser alvo de inquérito aberto pela Polícia Federal.

Defesa de Dilma requer gravações de Machado

Para advogado da presidente, conversas do ex-dirigente da Transpetro demonstram que pedido de impeachment se deve a tentativa de barrar a Lava Jato

A DEFESA PRÉVIA da presidente afastada Dilma Rousseff no processo de impeachment foi entregue ao Senado na noite de ontem. No documento, os advogados requerem que a Comissão Especial do Impeachment peça ao Supremo Tribunal Federal (STF) cópia da delação do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, bem como cópias das gravações feitas por ele de conversas com lideranças do PMDB.

Advogado de Dilma no processo, o ex-ministro da Advocacia-Geral da União (AGU) José Eduardo Cardozo argumentou que as gravações demonstram que o afastamento da presidente é consequência de o governo petista não ter impedido as investigações da Operação Lava Jato. Ele destacou as conversas de Sérgio Machado com o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e com o ex-senador José Sarney.

— Fica claro e nítido que existe uma intenção manifesta de que o novo governo que viesse suceder o de Dilma Rousseff fizesse uma pactuação entre Poderes para que a Lava Jato pudesse ser interrompida. Uma expressão usada nas gravações é: temos que acabar com essa sangria — disse Cardozo.

O advogado afirmou ser importante que essas gravações sejam anexadas aos autos para que possa haver produção de provas. Para ele, as motivações reais para o pedido de impeachment não são os crimes de responsabilidade.

— As gravações são a demonstração cabal que esse processo não tem fundamento

e foi realizado não para punir atos ilícitos, mas para afastar politicamente um governo, porque esse governo não servia àqueles que queriam que as investigações não prosseguissem — afirmou.

Cardozo disse não estar incluindo na ação os fatos da Lava Jato, mas explicou que pretende demonstrar que o impeachment está em curso porque há pessoas que queriam barrar as investigações.

50 testemunhas

A defesa da presidente afastada pediu que a Comissão do Impeachment ouça cerca de 50 testemunhas. Entre elas, técnicos para explicar os decretos assinados por Dilma.

— A ideia é produzir uma prova farta daquilo que temos a convicção já demonstrada: não existe delito nos decretos. Não existiu delito no caso dos atrasos no pagamento do Plano Safra — declarou.

A troca do relator do processo na comissão foi pedida novamente. Cardozo ressaltou que o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) é do mesmo partido de um dos autores do pedido de impeachment, o jurista Miguel Reale Júnior. De acordo com a defesa, isso contraria o Regimento Interno do Senado quando trata das regras para o funcionamento do Conselho de Ética.

Cardozo afirmou que pode recorrer ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski, para mediar a questão.

— Neste primeiro momento a comissão decide, mas o presidente Lewandowski atua nesta fase como instância recursal. Então, eventualmente, nada impedirá que possamos, se não atendidos, recorrer ao presidente Lewandowski e até, eventualmente, judicializarmos a questão na forma da lei — disse.



Cardozo entrega defesa de Dilma, com 372 páginas, e volta a pedir a troca do senador Anastasia como relator do processo

O advogado de defesa adiantou ainda que vai questionar o calendário de trabalho da Comissão do Impeachment proposto por Antonio Anastasia. A ideia do relator é que a discussão e a votação final do relatório aconteçam nos dias 1º e 2 de agosto no Plenário do Senado. Mas, para José Eduardo Cardozo, os processos judiciais não podem ter prazo determinado para o fim.

Requerimentos

A comissão tem reunião marcada para hoje, às 10h. Na pauta, além do plano de trabalho proposto pelo relator, está a análise de requerimentos. Entre eles, um do senador José Medeiros (PSD-MT) que pede uma audiência com o secretário do Tesouro Nacional, Otávio Ladeira de Medeiros. Há ainda uma solicitação do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) para que o Supremo Tribunal Federal encaminhe ao colegiado os autos que demonstram a possível ocorrência de crime de obstrução da Justiça com a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro da Casa Civil.

Lúcia Vânia vai substituir Romário na Comissão do Impeachment após renúncia

Lúcia Vânia (PSB-GO) vai substituir Romário (PSB-RJ) na Comissão Especial do Impeachment. Ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, leu o expediente que comunicava a renúncia de Romário e a indicação de Lúcia Vânia por parte do Blo-

co Socialismo e Democracia. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) questionou se não deveria haver eleição. Por sugestão de Romero Jucá (PMDB-RR), a eleição foi feita de forma imediata, confirmando a senadora como integrante do colegiado.

Renan não recebe denúncia com pedido de impedimento do ministro Luiz Fux

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deixou de receber e determinou o arquivamento de pedido protocolado por cinco advogados pelo impeachment do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), por crime de responsabilidade.

De acordo com a denúncia, Fux tomou decisões liminares sem submetê-las ao Pleno do STF a partir de setembro de 2014, quando concedeu auxílio-moradia no valor de R\$ 4,3 mil a um grupo de juízes federais e depois estendeu

o benefício à totalidade dos magistrados.

Renan sublinhou a importância da separação dos Poderes e entendeu que o assunto é uma discussão de natureza “restrita a uma agenda corporativa”.

— Por óbvio que o Senado tem o dever, e não pode se furtar a ele, do debate de importantes questões funcionais das carreiras que compõem o serviço público. Contudo, há foro, oportunidade e instrumentos mais adequados para esse fim — argumentou.

Waldemir Moka culpa Dilma pela crise econômica do país

Waldemir Moka (PMDB-MS) se disse assustado com os ataques da oposição a Michel Temer.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Para ele, os apoiadores de Dilma Rousseff avaliam a crise nacional com “cinismo descarado” e fingem nada ter a ver com o “caos” que o país vive. Segundo Moka, o governo petista destruiu as bases do Plano Real, deixou 12 milhões de desempregados e submeteu o país a anos de recessão. O senador disse que a herança recebida por Temer é a mais grave da história do Brasil.

Paim cobra recriação do Ministério da Previdência

Os participantes de audiência pública no Senado elaboraram um documento cobrando do governo interino a recriação do Ministério da Previdência Social, que foi incorporado ao Ministério da Fazenda, informou Paulo Paim (PT-RS).

O senador disse que não há necessidade de reformar a Previdência, e sim de aperfeiçoar a arrecadação do Estado.

— Todos sabem a vergonha que é a sonegação, o desvio. Quem tem que pagar não paga e aí se cobra do trabalhador.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Lasier critica projeto que restringe a Lei da Delação Premiada

Lasier Martins (PDT-RS) ressaltou ontem que a Operação Lava Jato já conta com 207 envolvidos em processos de corrupção até agora e 51 acordos de delação premiada. Acrescentou que qualquer tentativa de proteger grandes infratores deve ser repelida no Senado. Criticou projeto do deputado petista Wadih Damous que, segundo ele, restringe a Lei da Delação ao aceitar o acordo só quando o delator estiver em liberdade e criminalizar a divulgação dos conteúdos da delação.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Bauer apoia governo no combate ao caos na gestão pública

“É preciso apoiar e dar força ao atual governo, já que o anterior levou o caos à gestão pública”, disse Paulo Bauer (PSDB-SC). O senador lamentou a quinta queda trimestral seguida do produto interno bruto (PIB), gerando o acumulado de 5,45%.

Bauer se baseou em dados do IBGE revelados hoje, que, para ele, mostram que o Brasil continua em recessão.

— Isso é um decréscimo muito violento, que confirma e comprova que o Brasil continua empobrecendo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

“Deplorável”, diz Caiado sobre encontro de Temer e Rainha

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), classificou como “deplorável” e “deplorável” o fato de o presidente interino, Michel Temer, ter recebido ontem o ex-líder do MST, José Rainha, que pediu a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Caiado pediu que Temer preserve a liturgia do cargo e não aceite mais que entre no Planalto “um cidadão condenado a 32 anos de cadeia por desvio de dinheiro público, tentativa de homicídio e porte ilegal de armas”.



Moreira Matiz/Agência Senado

Governo explica metas para reduzir emissões de carbono

De acordo com o representante do Ministério de Meio Ambiente, o Brasil deve aumentar o consumo de biocombustíveis sustentáveis e reflorestar cerca de 12 milhões de hectares a partir de 2020

ATÉ 2030, O Brasil deve aumentar a implementação de hidrelétricas para ficar menos vulnerável a crises hídricas, elevar a produção e o consumo de etanol de segunda geração e expandir o uso doméstico de fontes energéticas não fósseis, como forma de favorecer o ganho de eficiência em até 10%.

As metas foram citadas ontem pelo representante do Ministério do Meio Ambiente, José Miguez, em audiência pública na Comissão Mista de Mudanças Climáticas sobre a INDC brasileira, a ser ratificada pelo Congresso Nacional.

A Contribuição Pretendida

Nacionalmente Determinada (INDC, na sigla em inglês) é um documento que traz os compromissos a serem adotados pelos países para a redução do aquecimento global. Foi definida em 2015, na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, realizada em Paris.

Miguez observou que a matriz elétrica brasileira apresenta 40% de energia renovável, contra 13% dos países desenvolvidos. Entre as medidas a serem implementadas pelo Brasil, estão aumentar o consumo de biocombustíveis sustentáveis, reflorestar 12

milhões de hectares e ampliar o manejo sustentável de florestas nativas para desestimular práticas ilegais.

Relator da comissão mista, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) defendeu a correção das políticas públicas que não contribuíram para o desenvolvimento sustentável.

— Temos que ter a ambição nova de olhar a questão da sustentabilidade não como uma coisinha apartada de toda ambição brasileira. É preciso clareza na definição das ações que vão nos conduzir para uma economia de baixo carbono — concluiu.



Fernando Bezerra Coelho (3º à dir.) defendeu mais clareza na política que conduzirá o país à economia de baixo carbono

Vanessa critica medidas contra violência à mulher

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou ontem o plano de combate à violência contra a mulher



lançado pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. A senadora firmou que são propostas soltas, sem previsão orçamentária e prazo indefinido. A única proposta concreta, segundo ela, é o núcleo de integração entre as esferas dos governos federal, estaduais e municipais para o combate à violência doméstica, que já existe. Vanessa disse que o governo tem que explicar a extinção de secretarias, como a de Políticas para as Mulheres.

Gleisi pede ações contra o sexismo e o desrespeito no país

O desrespeito e a discriminação das mulheres ainda prevalecem no país, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR). A senadora afirmou que, na terça-feira, um grupo de parlamentares e representantes de entidades ligadas a causas femininas que queria fazer um manifesto contra a cultura do estupro levou mais de uma hora para ser autorizado a entrar no Plenário do Senado.

Gleisi destacou notícias de que a delação premiada do ex-dirigente da construtora OAS, Leo Pinheiro, à Lava Jato foi recusada porque inocentaria o ex-presidente Lula.



Fátima lamenta conservadorismo de gênero da Câmara

Fátima Bezerra (PT-RN) celebrou a aprovação do PLS 618/2015, que aumenta a pena para estupro coletivo, afirmando que foi uma resposta ao caso recente no Rio de Janeiro.

Fátima frisou que, enquanto o Senado avança em uma agenda progressista voltada à cidadania das mulheres, o mesmo não se pode dizer da Câmara dos Deputados:

— Nós não podemos deixar que o Congresso funcione a reboque de uma bancada de perfil fundamentalista e conservador como a que tomou conta da Câmara.



Ângela comemora pena maior para estupro coletivo

Ângela Portela (PT-RR) comemorou a aprovação pelo Senado, na terça-feira, do aumento da pena para o crime de estupro coletivo. Ela acredita que caso ocorrido no Rio de Janeiro chocou o país e contribuiu para influenciar favoravelmente o debate parlamentar sobre o tema.

A senadora cobrou mais ações estratégicas para combater a violência contra as mulheres, lembrando que Roraima tem o mais alto índice desses crimes.

— É verdade que avançamos bastante, mas ainda temos o grande desafio de eliminar as práticas machistas, discriminatórias e preconceituosas contra as mulheres.

Humberto elogia atuação da bancada feminina do Senado

Humberto Costa (PT-PE) elogiou a atuação da bancada feminina na defesa de projetos voltados para o combate à violência contra as mulheres. Ele citou a proposta aprovada que aumenta em até dois terços a pena para quem participa de estupro coletivo.

O senador criticou, no entanto, o plano de combate à violência contra a mulher anunciado pelo governo interino depois da divulgação do caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro. Segundo ele, a medida foi elaborada de forma improvisada e as ações não têm prazo para entrar em vigor.



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Comissão de Infraestrutura ouve especialistas para instruir projeto de lei da Câmara relatado por Jorge Viana (D)

Carros elétricos precisam de incentivo, aponta debate

Para especialistas, criar política de incentivo fiscal para baratear veículos é mais urgente que instalar pontos de recarga, tema da proposta discutida

MAIS SILENCIOSOS E ambientalmente sustentáveis, embora sejam poucos em circulação, os veículos híbridos e elétricos foram tema de audiência pública promovida pela Comissão de Infraestrutura (CI) ontem. Especialistas e senadores procuraram responder o que falta para esses automóveis tomarem as ruas do país. O debate foi realizado para instruir a análise do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 65/2014, que institui a obrigatoriedade de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais.

De acordo com os especialistas ouvidos, o projeto, do jeito que está, faria com que todos os consumidores pagassem a conta da estrutura de recarga. O relator, Jorge Viana (PT-AC), garantiu que alterará a proposta:

— Como vamos agora propor em um projeto de lei que a sociedade inteira pague pelos pontos de recarga do carro elétrico? Isso não passa. Isso não é do século 21, não é moderno.

Segundo o senador, Congresso e governo precisam incentivar a produção de veículos mais sustentáveis:

— O carro elétrico segue uma lógica que responde à questão do clima e ao desafio de evitarmos a mudança climática. Agora, o Brasil tem que decidir se quer ser uma referência em carro elétrico no mundo ou não. Por enquanto, não tomou essa decisão.

Apesar de considerarem importante expandir a infraestrutura de recarga desses veículos, especialistas e senadores avaliaram que é

mais urgente estabelecer uma política de incentivo fiscal que torne os carros elétricos mais acessíveis à população. O preço dos “carros verdes” disponíveis no mercado ainda é bem mais elevado do que o dos convencionais. Uma das razões é justamente o fato de serem produzidas poucas unidades.

— O modelo de focar na rede de recarga pode ter um peso maior no custo sem ter uma efetividade grande. Uma política de incentivo para a compra do veículo alcançaria o objetivo de forma melhor — apontou Hugo Lamin, da Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico, o país conta com cerca de 3 mil carros elétricos e híbridos de um total de mais de 90 milhões de veículos em circulação em abril de 2016. Para Ricardo Gugisberg, presidente do órgão, a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) é um dos caminhos para ajudar a popularizar os carros elétricos e híbridos.

— O veículo elétrico paga 25% de IPI, enquanto um flex paga 11%, mesmo sabendo que a eficiência energética do elétrico é incontestavelmente maior. Outro ponto fundamental é a redução do Imposto de Importação para os componentes também. Essas medidas tornariam os veículos elétricos economicamente competitivos — disse.

Para incentivar a mobilidade elétrica, o governo zerou no ano passado o Imposto de Importação dos carros verdes. De acordo com Antonio Megale, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), é hora de incentivar a

produção interna.

— Enquanto não temos ponto de recarga, o mercado não se expande, e sem a expansão do mercado, não há necessidade de colocação dos pontos. Então, é fundamental que seja criada uma clara política de implementação gradual, para que, à medida que a tecnologia for avançando, permita que esses veículos sejam um pouco mais baratos, tenham maior competitividade e possam avançar — assinalou.

Pontos de recarga

Ainda que considerada uma medida secundária, debatedores concordaram com a necessidade de aprimorar a oferta de opções de recarga para os veículos elétricos. Atualmente a maior parte dos automóveis e motocicletas dessa modalidade podem ser recarregados em tomadas convencionais, mas uma carga completa requer entre 6 e 8 horas, o que inviabiliza a circulação por trajetos mais longos.

O PLC 65/2014 estabelece que as concessionárias de energia serão obrigadas a instalar pontos de recarga de baterias junto às vagas de estacionamento público que seriam disponibilizadas pelas autoridades locais.

Pela proposta, o poder público também será obrigado a desenvolver mecanismos que promovam a instalação, nos prédios residenciais, de tomadas para recarga de veículos elétricos nas vagas de garagens.

Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Daniel Mendonça assinalou que as concessionárias precisam ser adequadamente remuneradas por esse serviço para que os investimentos e a operação dessas unidades de infraestrutura não se tornem um ônus adicional para as distribuidoras.

Senadores querem finalizar a Estrada Ecológica do Araguaia

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) fez ontem uma audiência sobre as medidas necessárias para destravar as obras da BR-242, entre Mato Grosso e Tocantins. Também conhecida como Estrada Ecológica do Araguaia ou Rodovia Transbananal, o trecho que liga os dois estados via Ilha do Bananal teve a importância destacada em termos de potencial econômico e de geração de empregos.

José Medeiros (PSD-MT), que presidiu a reunião com Wellington Fagundes (PR-MT), lembrou que seu estado tem “interesse total” na retomada dos trabalhos referentes à estrada, uma vez que, apesar de Mato Grosso ser um grande produtor agrícola, ainda tem poucos corredores de escoamento para a produção. Somente em relação a Brasília, observou, a distância em trechos rodoviários a serem percorridos diminuiria cerca de 400 quilômetros.

— Se isso já faz uma diferença brutal em uma viagem individual, você imagina o impacto econômico para dezenas e dezenas de carretas escoando produtos todos os dias — disse o senador.

Medeiros leu trechos de estudo da Consultoria Legislativa do Senado que define a BR-242 como uma das concepções rodoviárias de maior importância econômica e social não só para as Regiões Centro-Oeste e Norte, “mas para todo o país”. Sua extensão total é de 2.353 quilômetros, no sentido leste-oeste, chegando até à Bahia.

Terras indígenas

Um dos entraves que paralisam as obras na estrada são os trechos que atravessam terras indígenas, sendo assim necessária a retomada dos estudos de impacto ambiental.

O diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Ehret Garcia, informou que os estudos serão retomados ainda em junho.

Disse também que o órgão já iniciou contatos com a Funai e o Ibama buscando assumir o controle da manutenção dos trechos nos territórios indígenas. Ele reforçou a importância que a pavimentação total da BR-242 terá para a região que atravessa, devido também à interligação com a Belém-Brasília e a Ferrovia Norte-Sul:

— O preço do transporte ficará muito mais barato, vai gerar riqueza e desenvolvimento para muitas cidades num momento de troca da vocação pecuária pela soja. A produção cresce exponencialmente todos os anos.

Os ganhos para a indústria do turismo na região com a finalização das obras também foram destacados.

Federalização

Wellington Fagundes informou já estar fazendo gestões no Ministério dos Transportes pela federalização da BR-242 e conclamou a CDR e a Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado a proporem emendas ao Orçamento da União para as obras. Vicentinho Alves (PR-TO) garantiu que nos contatos que vem mantendo com os índios da região, eles manifestam interesse na retomada da estrada.

— Isso vai trazer mais qualidade de vida. Nos Estados Unidos, as rodovias federais atravessam reservas indígenas; temos que ter essa mentalidade visando baixar o custo Brasil — defendeu.

Deputados estaduais e o prefeito de São Félix do Araguaia (MT), José Almeida, reclamaram da burocracia relativa à legislação ambiental, que torna mais lenta a execução de obras necessárias.

O coordenador de Transporte do Ibama, Victor Castro, disse que o órgão busca finalizar um novo marco regulatório clareando as competências federais e estaduais em relação à BR-242. Ele destacou o fortalecimento das ações conjuntas do Ibama com o Dnit, que já vêm ocorrendo há alguns anos num esforço para superar entraves burocráticos.



Medeiros (3º à esq.) escuta José Almeida, prefeito de São Félix do Araguaia

Redução da maioria penal volta ao debate

Para o relator, senador Ricardo Ferraço, o tema é polêmico e complexo e merece ser mais debatido com a sociedade. A data da nova audiência pública ainda será definida

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem dois requerimentos de audiência pública sobre quatro propostas de emenda à Constituição que reduzem a maioria penal no país. As PECs em análise na comissão são as 74/2011, 33/2012, 21/2013 e 115/2015.

Os requerimentos foram apresentados por Telmário Mota (PDT-RR) e Jorge Viana (PT-AC) e aceitos pelo relator das propostas, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que já apresentou substitutivo pela aprovação da PEC 33/2012, de Aloysio Nunes (PSDB-SP), e pela rejeição das demais.

— Proponho retirar de pauta as propostas e ouvir as entidades para estabelecer o necessário contraditório. Esse é um tema polêmico, difícil e complexo — ponderou Ferraço.

Entre as entidades convidadas a debater o assunto estão o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Fátima Bezerra (PT-RN) e Aécio Neves (PSDB-MG) também concordaram com a realização de novo debate sobre a redução da maioria penal. O presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), comprometeu-se a colocar em votação as quatro propostas logo após a realização da audiência, com data ainda a ser definida.

Essa não é a primeira vez que a CCJ analisa a PEC 33/2012. Dois anos atrás, a proposta, que abre a possibilidade de penalização de menores de 18 anos e maiores de 16 anos pela prática de crimes graves, foi rejeitada pela



José Maranhão, Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira: acordo entre os membros da CCJ permitiu adiar a votação para realizar audiência sobre o tema

comissão. Na ocasião, os senadores contrários consideraram necessário rever a punição estabelecida para os menores infratores via mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e não na Constituição Federal.

Crimes graves

Em 2015, o Senado aprovou substitutivo a projeto de lei (PLS 333/2015) de José Serra (PSDB-SP) que cria regime especial de atendimento socioeducativo dentro do ECA para menores que praticaram, mediante violência ou grave ameaça, delitos previstos na Lei de Crimes Hediondos. O projeto aguarda votação na Câmara dos Deputados.

Na comparação com o primeiro relatório de Ferraço, derrubado pela CCJ em 2014, poucas mudanças fo-

ram inseridas no substitutivo à PEC 33/2012 apresentado este ano. O foco do novo texto é o detalhamento dos crimes graves envolvendo menores que podem ser alvo de apenamento. Além dos crimes hediondos, a redução da maioria penal seria admitida na prática de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e reincidência em roubo qualificado. Ao contrário do que previa a proposta de Aloysio, o relator decidiu excluir desse rol o crime de tráfico de drogas.

“É comum que se usem menores de idade como ‘aviãozinhos’ no tráfico de drogas, o que claramente não constitui um delito cuja prática denota crueldade ou torpeza do autor, assim, a desconsideração da inimputabilidade nestas circunstâncias poderia significar

um equívoco”, justificou Ferraço.

A redução da maioria penal não será automática. Deve ser proposta pelo Ministério Público e decidida apenas por instância judicial especializada em questões da infância e adolescência. O atendimento do pedido dependerá ainda da comprovação da capacidade de compreensão do jovem infrator sobre o caráter criminoso de sua conduta. Deve ser considerado seu histórico familiar, social, cultural e econômico e antecedentes infracionais.

Por fim, a PEC 33/2012 suspende a prescrição do crime até o trânsito em julgado do pedido de flexibilização da imputabilidade penal. O cumprimento da pena por eventual condenação será em unidade distinta da destinada a presos maiores de 18 anos.

Projeto proíbe algemar detenta em trabalho de parto

Depois de muitas denúncias e protestos do movimento do parto humanizado, a proibição de algemar presidiárias durante o trabalho de parto foi aprovada ontem por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto de lei (PLS 75/2012), apresentado pela ex-senadora Maria do Carmo Alves, recebeu relatório favorável da senadora Ângela Portela (PT-RR) e decisão final na CCJ. Se não houver recurso para ser votado pelo Plenário, será enviado à Câmara.

Em seu parecer, Ângela deixou claro se tratar de uma violência contra as mulheres, condenada inclusive pela Organização das Nações Unidas (ONU). “As mulheres em trabalho de parto detêm o direito constitucional de não sofrer qualquer tipo de violência, garantindo, portanto, sob todos os ângulos, sua dignidade. Nesse sentido, o uso de qualquer contenção, incluindo as algemas, antes, durante ou depois do parto da mulher presa, deve ser considerado como um grave constrangimento, além de uma

violência institucional de natureza arbitrária”, argumentou a relatora.

Riscos

Na justificativa do projeto, Maria do Carmo observou que o uso de algemas pode acarretar riscos à mãe e ao bebê e, inclusive, provocar a antecipação do parto. O argumento foi encampado pela relatora. Ângela ressaltou que a assistência integral à saúde da gestante e do bebê está consagrada na Constituição, que determina ser a proteção à maternidade e à infância um direito social atribuído a

todo cidadão, sem distinção de qualquer natureza. Sem alterar o mérito do projeto, a relatora apresentou substitutivo para adequar a redação do texto a normas internacionais que tratam do assunto.

Os senadores Telmário Mota (PDT-RR), Marta Suplicy (PMDB-SP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Fátima Bezerra (PT-RN), Lídice da Mata (PSB-BA), Aécio Neves (PSDB-MG), José Maranhão (PMDB-PB), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Simone Tebet (PMDB-MS) destacaram a importância do projeto.



Ângela apresenta relatório com proibição de algemas em presas durante o parto

Vai a Plenário proposta que unifica regras para licenciamento de veículos

O licenciamento anual de veículos feito pela internet, sem necessidade de vistoria, poderá ser unificado em todo o país. Por esse sistema, será de responsabilidade do proprietário inserir informações sobre as condições do carro.

A medida está prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 140/2015, aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para entrar em vigor, a medida ainda precisa passar pelo Plenário do Senado.

O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), explica que o projeto visa unificar as normas para o licenciamento anual de veículos e dar mais agilidade ao processo. Atualmente, alguns estados exigem vistoria e cobram taxas para realização do serviço, enquanto outros não fazem a exigência.

— No Rio de Janeiro, o Departamento Estadual de Trânsito exige vistoria anual para todos os veículos com mais de três anos. Por falta de previsão em lei, sequer há resolução do Conselho Nacional de Trânsito [Contran] que

a exija — afirmou o senador Crivella.

Com o licenciamento eletrônico, o proprietário do carro deverá informar ao órgão de trânsito estadual a situação do veículo, assegurando que reúne condições exigidas para segurança no tráfego, sendo integralmente responsável pelas informações prestadas.

O texto também modifica o Código de Trânsito Brasileiro para estabelecer que o Certificado de Licenciamento Anual seja enviado pelo correio, mediante o pagamento das despesas de postagem pelo proprietário.

Ainda de acordo com o projeto, ficam mantidas vistorias para transferência de propriedade ou de domicílio do proprietário do veículo, já previstas no Contran.

— Uma vez aprovado o projeto, deixará de existir a injustificada diferença de tratamento a que os proprietários de veículos são submetidos nos diferentes estados brasileiros — conclui Crivella.

O relator apresentou emenda para corrigir a redação.